

1 **ATA 10/2021 - Ata da Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/ Campinas, em 26/10/2021.** Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2021, as
3 nove horas, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em ambiente virtual utilizando a ferramenta
4 Teams, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTQOMDY0OTMtYTk1Zi00MmQ5LWE1NzgtYzg5MThjZjYmFi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228ce66269-6fe2-4d6f-b1c2-97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%222ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be30d37c5e%22%7d
5 **Presentes: A) Conselheiros representantes da Sociedade**
6 **Civil** – pelas Entidades de Assistência Social – Titulares: Izabel Cristina Santos de Almeida
7 (presidente), Juliana Aparecida Vieira da Silva, Josefa Hermínia Rodrigues Guirau - Suplente:
8 Elisandra Maria de Souza Rinaldi e Maria Cristina Biehse, pelos Usuários ou Representantes dos
9 Usuários da Assistência Social - Titulares: Jéssica dos Santos; Suplentes: Aristides Militão Vilela.
10 **B) Conselheiros representantes do Poder Público** – pela Secretaria Municipal de Assistência
11 Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – Titular: Elizabeth Maria Ximenes Lourenço,
12 Suplente: William Azevedo de Souza; pela Secretaria Municipal de Justiça – Titular: Pâmela Cristina
13 Pereira; pela Secretaria Municipal de Cultura – Titular: Letícia Francyne Lourenço de Mello Arriel;
14 pela Secretaria Municipal de Educação – Titular: Dorine Matos Moreira de Albuquerque; pela
15 Secretaria Municipal de Finanças – Suplente: Cristiano oliveira Lourenço; pela Secretaria Municipal
16 de Infraestrutura – Titular: Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira pela Secretaria Municipal de Esporte
17 e Lazer - Titular: Fábio Alves Cremasco. **C) Justificativas de ausência:** Aparecida de Fátima Lima.
18 **Convidados:** Tatiane – Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia; Michelle – IPHC; Paloma Casarini
19 - Progen; Kelly Kirner; Joana – CAIS; Michael Jonathas – LBV/DIL; Andrea Penedo; Diego - CAS
20 Copiosa Redenção; Maiara Marques – Pestalozzi; Gabriela – ABBA; Camila – Fundação Síndrome
21 de Down; Márcia – Romília Maria; Aline – Romília Maria; Beth – CEAK -IPHC; Rosana Pêgo –
22 Pestalozzi – Sumaré; Raquel – Braille; Pâmela – Mãe Maria Rosa; Sandra Zampola - Progen
23 Bassoli; Márcia – Grupo Primavera; Naiber Willis – Cáritas; Júlio – APASCAMP; Cenira –
24 APASCAMP: Tatiana – CIEE; Danilla – Firmacasa; Thais; Cidinha – SESF Sagrado. Elaine e
25 Nathalia – Obra Social Vida Nova; Débora Santos – AEA Conviver; Luiz; Carolina Mozal – Dias da
26 Cruz/ Legião Armando Veloso; Ivete Rocha; Joana – CAIS; Gustavo Campos; Ivete – Pró Visão;
27 Fernanda – C.P. Nossa Sra. da Visitação; Rômulo – SMASDH; Leandro Veroni; Juliana Padilha –
28 Instituto do Cegos; Lucimara Treviso; Maria Helena – Associação Beneficente Salém; Élide – Ação
29 Forte; Simone – APASCAMP e Débora. A presidente Izabel Cristina Santos de Almeida deu boas-
30 vindas. **Deliberação das ATAS:** Izabel informa que as atas do mês de agosto e setembro não estão
31 prontas, que Geziel se comprometeu a concluí-las e que serão aprovadas na próxima reunião junto
32 a ATA de outubro. **Comissão de Inscrição e Normas:** Elisandra, coordenadora desta comissão
33 inicia com: 1) Leitura da Resolução referente a Minuta da Resolução/2021 das Renovações de
34 Inscrição das OSCs inscritas no Conselho, o qual já foi revisado pela procuradoria descentralizada
35 na SMASDH assim que aprovada será numerada, feito a leitura, Izabel explicou que é
36 extremamente importante manter o mesmo número de SEI de 2020 para a renovação de 2021, será
37 feito 02 reuniões, virtuais, para esclarecimentos das dúvidas referente a renovação de inscrição que
38 será nos dias 04 e 05/10/2021, esclarecidas todas as dúvidas entrou em regime de votação e foi
39 **Aprovada** com 11(onze) votos a favor e será publicizada em DOM até dia 29/10/2021. 2) A
40 Instituição IGEVE – Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino, solicitou inscrição no
41 CMAS, que a comissão deu parecer desfavorável por ser da Educação e da política de assistência
42 e por não apresentar o quadro de RH conforme a Resolução – CMAS 017/2009, em regime de
43 votação, foi **Aprovado**, por 11(onze) votos a favor. 3) A Instituição Lona das Artes – Circo Social,
44 solicitou inscrição no CMA, a Comissão deu parecer desfavorável devido ser ligada a Cultura e não
45 apresentou a Ata da composição da diretoria, em regime de votação, foi **Aprovado** com 11(onze)
46 votos a favor. 4) O Instituto dos Cegos Trabalhadores, encaminhou ao CMAS o Projeto “Para Além
47 dos Muros, que a comissão deu parecer favorável por 12(doze) meses, conforme está no projeto,
48 em regime de votação, foi **Aprovado** com 11(onze) votos a favor. **5) A AAPICAMP – Associação**
49 **dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campinas e Região,** foi realizado visita técnica no local,
50 estando fechado e em contato com vizinhos, a comissão foi informada que a instituição não existe
51 no endereço apontado já faz um tempo. A comissão considerou parecer desfavorável, em regime
52 de votação, foi **Aprovado** com 11(onze) votos a favor. Informes: Elisandra informa que o CMAS
53 está recebendo vários pedidos de inscrição e que já estão com 04 visitas presenciais agendadas
54 para dia 29/10; foi definido que as reuniões desta comissão julgou necessária que as reuniões sejam
55 presenciais; quanto ao Relatório de Gestão ainda não foi enviado ao CMAS pela SMASDH para
56
57

58 análise integral, antes do envio para aprovação em plenária, Elizabete explica que estava em
59 reunião com a Secretaria e pautou este assunto (Relatório e PPA), que o Relatório não foi
60 encaminhado devido uma alteração necessária pela Vigilância Socioassistencial e que deverá estar
61 chegando ainda esta semana via SEI ao conselho e que. O Projeto de Lei que “Dispõe sobre a
62 reestruturação e funcionamento do CMAS, será levado para a próxima gestão do conselho em 2022.
63 **Comissão de Política e Legislação:** Juliana, coordenadora desta Comissão, faz a leitura de 02
64 relatos feito pela comissão: no dia 13/10 a comissão se reuniu com a seguinte pauta: 1) Retorno da
65 resolução CMAS que dispõe sobre a prorrogação do prazo do GT para regulamentação dos
66 Benefícios Eventuais por mais 90 dias; 2) Ofício que solicita os slides ao Doas, 3) Ofício com as
67 questões feitas aos Doas e a área de Vigilância Socioassistencial referente a reunião que ocorreu
68 no mês de setembro, 4) Sobre as demandas da Conferencia Municipal de Assistência Social que
69 serão encaminhadas para esta comissão e encaminhamentos necessários. Informes; Sobre o
70 desenvolvimento dos GTs: Reordenamento do SCFV da Proteção Básica, PPA/LDO e SUAS que
71 retornaram em setembro e que não houve as reuniões devido as demandas da Conferencia; Dias
72 22 a 26/11 acontecerá discussões nos territórios e haverá uma consulta pública nos dias 25/10 e
73 26/11 referente ao PMAS em janeiro entra novamente em consulta pública em fevereiro será
74 encaminhado ao CMAS para apreciação e em março encerra com as devolutivas e as metas serão
75 atendidas de acordo com a Conferencia, Juliana solicita a Elizabete que documento toda essa
76 informação junto ao conselho para compartilhar com toda a rede SUAS. Relatos 1) a respeito da
77 Resolução 139/2021. Juliana fez um resgate histórico de Benefícios Eventuais e foi elaborada a
78 Resolução 139/2021 que dispõe sobre a prorrogação por mais 90 dias do GT para regulamentação
79 dos Benefícios Eventuais e estabelece a possibilidade da participação a mais interessados, veio
80 uma proposta da PMC, que através de estudos resolveram por fazer esta resolução. Conselheiros,
81 Presidente e Vice Presidente foram convidados para participar de reunião interna com o GT de
82 trabalho da PMC no dia 17/09, que foi levado a resolução e legislações sobre o tema e ficou definido
83 a participação dos atores da política pública da Assistência do município nesta discussão conforme
84 já pautado nesta resolução. Durante a reunião da comissão Izabel coloca que o CMAS sempre
85 construiu politica publica com a gestão pública independente de partidos políticos destaca a
86 implantação do Sistema Único de Assistência Social e que a partir da construção da Lei do SUAS
87 ainda não está consolidado enquanto equipe administrativa, Juliana diz que houve um resgate
88 histórico sobre a lei do SUAS, uma consulta pública e todo trabalho em questão desta Lei que
89 chegou a ser aprovada de uma maneira totalmente equivocada não conforme solicitado pelo CMAS.
90 Izabel traz a importância de a sociedade civil ter o olhar para os valores dos Benefícios Eventuais
91 observando os processos históricos, lembrou que as propostas apresentadas pelos conselheiros
92 representantes dos trabalhadores da sociedade civil, que participaram dos grupos que construíram
93 as propostas dos benefícios apresentadas trazendo a urgência de reunião para essa discussão e
94 com a participação de outros conselhos. Faz um resgate da fala de Josefa que questiona critérios
95 de Benefícios Eventuais criados sem conhecimentos específicos das demandas que virão
96 futuramente com a sequela social da COVID_19; informa que houve uma conquista junto a câmara
97 dos vereadores com a criação histórica de uma frente parlamentar para tratar sobre orçamento e
98 segurança alimentar onde representantes dos Conselho irão compor um grupo e que a primeira
99 reunião será 03/11/2021, destaca também que o orçamento do município já chegou na Câmara e
100 que será votado no mês de novembro e que não foi encaminhado ao CMAS para conhecimento do
101 membros. Esclarece que os benefícios eventuais precisam ser regulamentados apenas para a
102 Assistência Social e que não pode ser feito como foi pensado em colocar na Lei considerar outras
103 pastas. 2) Os questionamentos feitos e encaminhado para o DOAS e Vigilância não tinham sido
104 respondidos até aquele momento, por sugestão da Elizabete, fazer o convite ao DOAS e Vigilância
105 Socioassistencial para que estejam na próxima reunião de colegiado para os esclarecimentos
106 pendentes. Sobre o retorno referente as Notas Técnica 001 e 003/2021 que dispõe sobre acolher a
107 rede no retorno presencial Paloma informa que não recebeu retorno da Gestão, que solicitou
108 retorno da reunião da Noroeste e que também não recebeu; Elizabete informa que na ultima reunião
109 do GT do SCF Leste foi contemplado o tema, feito avaliação e haverá possibilidade de retorno,
110 Paloma diz que haverá reunião na região e possivelmente será abordado esse tema, porém não
111 houve nenhum contato para avaliação do retorno já existente durante 02 meses, sugere que o
112 CMAS peça os Relatos de todas as reuniões ocorridas nos território para a CSAC, para notificar as
113 informações, Juliana reforça que seja feita as reuniões para avaliação do atendimento do retorno
114 presencial das atividades antes que chegue a nova Nota Técnica onde libera 100% do retorno.

115 Juliana e Elizabete discutem sobre a possibilidade de trazer uma representante da SMASDH, citou
116 a Giovana, para falar sobre a ampliação do atendimento, onde é responsável para ouvir todas as
117 regiões, foi solicitado ao Geziel o envio deste convite via SEI e também trazer os relatos da CSAC.
118 As demandas da Conferencia, trouxe a questão da participação das pessoas com deficiência em
119 todo espaço de garantia de direito conforme legislação participação foi encaminhado um pedido de
120 reunião ampliada com a comissão de interface, onde foram convidado o Conselho da Pessoa com
121 Deficiência mais interessados a os próprios deficientes. Ficou agendado uma reunião extraordinária
122 de Benefícios Eventuais para 28/10 todos os encaminhamentos foram realizados e se tiver alguma
123 demanda da conferencia para essa comissão precisa ser enviada. Leitura da Segunda Reunião
124 21/10 Juliana fala que foi para tratar especificamente sobre Benefícios Eventuais, foi novamente
125 feito um resgate histórico deste assunto e destacou que é uma demanda das conferencias
126 municipais de assistência social, fez uma explanação breve esclarecendo as propostas que a lei
127 de benefícios eventuais traz que chegou ao CMAS através de SEI, fez a leitura dos despachos
128 devido a presença do MP, outros Conselhos e outros participantes e contextualizou novamente o
129 assunto. Foi feito o convite novamente para que todos compareçam na reunião sobre este assunto
130 no dia 28/10 pois abrange a todos (homens, mulheres, crianças, idosos, adolescentes). Menciona
131 a fala da senhora Fatima, que participou de 04 reunião e diz que teve seus momentos de fala e
132 que não foram fáceis, ressalta que os valores propostos e o benefício de \$56,00 não compactua
133 com a realidade de vulnerabilidade que muitos se encontram, que a justificativa de não ampliar os
134 valores dos benefícios é a falta de recursos, e subentende que há recursos, porém não é
135 direcionados para os devidos lugares, e que está cansada diante de tantos absurdos e ressalta que
136 a fome sempre existiu e atualmente no cenário pandêmico intensificou ainda mais. Juliana, Josefa,
137 Izabel e, Elizabete, a estiveram no GT interno da PMC que haverá essa discussão ampliada, para
138 a comissão enviar o convite e que será importante a presença dos usuários e dos servidores dos
139 Das, CRAS e CREAS por serem da ponta, Izabel menciona que os representantes das OSCs,
140 tiveram o posicionamento de não dar continuidade a este processo, por não conter informações
141 pertinentes como: inclusão de situação de morte, de calamidade e situação de vulnerabilidade
142 temporária que são de extrema importância no momento em que o país se encontra, relata que
143 houve um cuidado nesse processo buscando informações em cidades metropolitanas como
144 Florianópolis, e menciona que o orçamento para Campinas para o ano de 2022 é de sete bilhões e
145 mediante a isto três parcelas de cem reais para uma mãe não é suficiente. Destaca ainda que o
146 orçamento de Campinas é de duzentos e dez milhões e que um terço da população do município
147 está em situação de vulnerabilidade. Nessa reunião estava presente a Sra. Aydil representante do
148 Ministério Público, que fez uma breve apresentação do seu trabalho e declara contemplada com a
149 fala da Izabel e relata que desde a pandemia fez várias reuniões na promotoria de justiça para tratar
150 d a regulamentação dos benefícios Eventuais e que recebeu a proposta descontextualizada de tudo
151 que foi construído no grupo que se reuniu junto a Secretaria, complementa que os estudos enviados
152 na proposta afastam a necessidade de calamidade pública como consta no artigo 31 da LOAS,
153 justifica a ausência do promotor por outra reunião agendada no mesmo dia e horário, coloca que
154 enviou documento para o CMAS com os apontamentos; Cadastro Único e Renda Percapta e
155 Endereço sem obrigatoriedade de residência fixa pela dificuldade de cadastrar moradores de rua,
156 pede para que todos leiam e autorize a disponibilizar para todos os envolvidos, Autorizado, foi
157 encaminhado para todos para Reunião do dia 28/10. Izabel solicita a Paloma que apresente os
158 dados do relatório progressivo e ações do município de campinas, informa sobre o orçamento que
159 não passou pelo CMAS, reforça a construção coletiva ao longo de 15 anos entre o CMAS e a
160 SMASDH. Ficou decidido que haverá mais duas reuniões para tratar do assunto sobre a
161 regulamentação dos e Benefícios Eventuais com todos envolvidos, numa forma democrática com a
162 presença da PMC para somar, foram feitos os encaminhamentos conforme solicitados pela
163 comissão. Ismênia sugere que seja feito um seminário com os trabalhadores da Assistência Social
164 para esclarecimentos sobre as propostas. Izabel coloca que a proposta da comissão será baseada
165 nas legislações e na proposta vinda da SMASDH, despacho 4059112 sobre Benefícios Eventuais
166 que são: auxílio natalidade, auxílio transporte, auxílio moradia para mulheres vitima de violência,
167 situação de vulnerabilidade temporária e calamidade temporária, salienta que o conselho propôs
168 que se em algum momento for tirado alguma proposta do documento que seja apresentado um
169 diagnóstico que justifique o fato. Elizabete fala da necessidade de criar um documento com as
170 orientações técnicas sobre os Benefícios Eventuais e sugeriu como modelo o programa de Belo
171 Horizonte baseado na Resolução do CMAS. Juliana solicitou ao Gt de Benefícios Eventuais e a

172 SMASDH para discutir a situação devido ao prazo do repasse da verba estadual, que apresente na
173 reunião de 28/10 um diagnóstico em que se baseou para regulamentar os benefícios eventuais
174 elegendo as modalidades Auxílio natalidade, auxílio transporte, auxílio moradia para mulheres
175 vítima de violência não prevendo a concessão do auxílio para situação de vulnerabilidade
176 temporária e calamidade temporária. Izabel ressalta que é importante encaminhar para toda a rede
177 para reunião de 28/10 o relato da comissão, o relatório do MP e o documento que a Bete contribuiu
178 para o trabalho de BH. Solicita a confirmação do recebimento por e-mail o SEI referente a
179 construção do GT interno, formado pelo Gestor, sobre Benefícios Eventuais e foi confirmado,
180 ressalta que a Fátima e o José Carlos são representantes nesse grupo e não estarão presentes na
181 reunião e baseado no Regimento Interno do CMAS “a presidente tem como função representar
182 judicialmente ou extrajudicial o Conselho, esclarece que não está representando a comissão e
183 solicitou que a Josefa esteja junto nesta reunião de amanhã 27/10, esclarece que a todo momento
184 poderá ser solicitado por qualquer pessoa os relatos das comissões, que é público, porém precisa
185 ser solicitado por e-mail. Elizabete coloca que sobre benefícios eventuais é uma pauta difícil para
186 os municípios principalmente para uma metrópole, que desde 1993 não foi pautado, que está
187 contribuindo muito e que precisa ser feito algo da altura da cidade, que o GT criado por decreto pela
188 SMASDH em abril é composto pelos diretores e Conselho e este é que vai dar continuidade no
189 processo este GT que irá escrever a peça considerando todas as discussões que o município vem
190 fazendo sobre Benefícios Eventuais, considerando também as reflexões, orientações e tudo o que
191 sair do espaço da comissão de política do CMAS. Fala que tem conversado com a Secretária a
192 questão de trazer este GT para a comissão de política e a Clébia que coordena este GT da SMASDH
193 poderá estar na reunião do dia 28/10 e no dia 27/10 e 10/11, datas que estão no decreto para
194 finalizar a peça benefícios Eventuais. Enquanto conselho na comissão foi deixado bem claro sobre
195 o atendimento das 04 modalidades do Benefícios Eventuais, outro avanço seria com a construção
196 de orientação técnica de como o município vai operacionalizar estes benefícios eventuais. Colocou
197 também para a Secretaria a preocupação da Aydil do Ministério Público sobre esta conversa,
198 verificando que houve esta conversa junto a Secretaria o MP estava muito preocupado com a fome,
199 da alimentação e Aydil teve uma fala sobre o Nutrir Campinas e que foi esclarecido que é um
200 programa da política de Segurança Alimentar e se os Benefícios Eventuais vai garantir algum tipo
201 de alimentação não deve ser pelo Nutrir Campinas, teria que ser outro benefício, em pecúnia em
202 dinheiro, porém da política de Assistência Social dentro da modalidade de vulnerabilidade social,
203 vamos ter que construir um benefício eventual que contemple as quatro modalidades pelo GT
204 Interno e Comissão de Política. Colocou sobre o PMAS, esclarecendo que foi encaminhado via SEI
205 com todo cronograma e metodologia para consulta pública. Informou que a Gisleide e Cida estarão
206 presentes na próxima reunião de política e que a Giovana está fazendo as conversas com as regiões
207 e informou que pode não ter a Nota Técnica nº4. Juliana enfatiza a fala da Fatima na comissão e
208 que a agenda da PMC para reunião poderia ter chegado com antecedência. Izabel enfatiza que
209 todos atos do conselho é validado pelo Colegiado que tem dado respostas extremamente
210 importante para o fortalecimento do SUAS, atento as questões do município e comprometido com
211 o suas e com as deliberações das conferências este GT nasce por meio de regimento Interno e aval
212 dos conselheiros, existe porque o Conselho esta atento a estas questões, faz saber que a pessoa
213 do MP que foi convidada por conta deste GT em reunião de Conselho e que alenca todas as
214 pessoas que iram participar e foi aprovado pelos conselheiros que se não fazer Campinas perde o
215 cofinanciamento do estado o que é muito preocupante, que este GT tenha assegurado que a Lei de
216 benefícios Eventuais em Campinas seja executado conforme o Governo Federal. Este grupo de
217 trabalho em toda reunião que chama encaminha documentos para entenderem o posicionamento
218 que este Conselho está tendo que é baseado em resoluções e leis. Agradece a Juliana pelo trabalho
219 e a todos conselheiros, deixando o convite para todos participarem desta discussão. **Comissão de**
220 **Interface e Articulação:** Juliana faz a leitura do Relato da reunião onde receberam uma carta da
221 OSC que veio solicitar um chamamento para a Rede PCD, SUAS e Secretaria da Pessoa com
222 Deficiência para articular algumas questões em relação a acessibilidades nos espaços públicos e
223 foi demanda da conferência. Izabel traz as considerações da chegada do fim de ano e as grandes
224 demandas de trabalho e sugere esta pauta para a próxima reunião. Elizabete questiona porque a
225 rede não contribuiu com o interprete de libras na conferência e a questão de siglas e linguagem
226 especificas e suas principais demandas, foi levantado que as pessoas as vezes não entendem a
227 linguagem técnica. Izabel e Elizabete relatam que existe uma preocupação no processo de
228 construção da conferência quanto a acessibilidade, Juliana também destaca a acessibilidade

229 mesmo dentro do conselho com a dificuldades de acesso as plataformas para reuniões, pensando
230 em voltar as reuniões presenciais, na Casa dos Conselhos que não tem tanta acessibilidade. Para
231 esta reunião foi convidado o diretor Pedro – DGAOF , cuja pauta foi conhecer melhor o
232 departamento e suas atribuições que apresentou explicando a composição do fluxo e
233 operacionalização financeira. Elizabeth questionou como são feitos os processos da LDO, explicou
234 que depois que Secretaria de Finanças encerra o prazo para o sistema todo material consolidado é
235 enviado para a Câmara e após ao CMAS, Izabel relata que destaca que o CMAS deveria receber a
236 LDO em agosto, Pedro diz que antes de setembro não é enviado por não ser fidedigno até chegar
237 a Câmara, pois outros reajustes podem ocorrer nesse período. Izabel relata que a Câmara ficou
238 surpresa em saber que o CMAS não participou da elaboração. Pedro diz que houve sim 10% de
239 reajuste no orçamento da LOA/PPA. Izabel diz não questionar o reajuste porem que não fomos
240 participantes no controle social que é papel do CMAS. Elizabeth questiona se é possível montar um
241 observatório com banco de dados qualificado para fazer formações, Pedro responde que a nova
242 gestão vem desenvolvendo um projeto de gestão integrativo e de comunicação para fortalecer os
243 servidores e a gestão com apoio da Escola de Governo, outro questionamento foi a criação de
244 conselhos locais e regionais e que inicialmente são cinco, Pedro diz que precisa entender esta
245 questão para viabilizar e que o conselho deverá encaminhar este pedido podendo usar os espaços
246 que já são dos DAS, ficou combinado agendar outro momento para esta discussão. Bete questiona
247 se é possível acesso ou fotos a equipamentos adquiridos com verba parlamentares, Pedro diz que
248 sim e pode ser solicitado a todo momento por ser informação pública. A próxima reunião será em
249 16/11 e as demandas já foram encaminhadas ao Geziel. **Comissão de Finanças e Orçamento:**
250 Fábio faz a leitura do relatório do mês de Agosto: reunião em 14/10 em que Izabel traz a informação
251 que os relatórios anteriores que foram apresentados trazem um saldo positivo solicita maiores
252 esclarecimentos uma vez que esses saldos poderiam conforme considerando o recurso ter sido
253 utilizado na compra de alimentos nesse tempo de pandemia, Ficou acordado que este não serão
254 aprovados relatórios sem clareza total das informações e que o CMAS só fará aprovação dos
255 mesmos após leitura minuciosa. Ficou acordado que será feito uma reunião extraordinária
256 presencial e terá como pauta a construção do ofício que será encaminhado a Secretária solicitando
257 esclarecimentos, que ocorreu em 25/10. Izabel sugere que os conselheiros desta comissão leiam
258 os documentos antecipadamente agilizando todo o processo. Fábio que uma pactuação para que
259 todo assunto relativo a relatórios financeiro seja exclusivamente através de Processo SEI
260 endereçado a SMASDH e que deve sair em resolução. Lembra que função 26 que era o PAI, será
261 aprovado somente a função 08 que são idosos, deficientes, crianças estão no FMAS em sub
262 funções 241,242,243,244. Geziel faz a leitura do Relato da reunião de 25/10 que contém 03 pautas:
263 1) Ofício nº 100 que o conselho encaminhou a SMASDH em 14/09 solicitando informações sobre
264 contas do FMAS referente a oito milhões de reais enviado no ano passado pelo governo federal,
265 fundo a fundo, para questões de COVID no município; em resposta, a SMASDH esclareceu que as
266 contas citadas no ofício referem-se a portaria 369/2020 e está em consonância com a resolução do
267 CMAS 019/2020 cujo termo de aceite encontra-se no processo SEI, a Comissão não se sentiu
268 contemplada com a resposta e carecendo de maiores entendimentos se reuniu presencialmente
269 para análise minuciosa dos processos SEI enviados e decidiu, após análise dos referidos
270 documentos, a comissão concluiu que enquanto não houver respostas mais claras do que fora
271 solicitada no ofício manterá o posicionamento de não aprovar os balancetes contábeis; encaminhar
272 ofício para SMASDH, solicitando abertura do SEI final 91 e 19 pedindo esclarecimento da portaria
273 1369 artigo 12 inciso 1 com informações sobre a reprogramação dos recursos e enviar ofício
274 solicitando que os balancetes sejam apresentados para o conselho pelo servidor responsável pela
275 sua confecção. Elizabeth coloca que quando indagou sobre esse assunto o Sr. Pedro, que é
276 responsável por este assunto, que respondeu que a verba do COVID vinda no ano passado foi para
277 compra de IPI, alimentos e manutenção ou criação de serviços relacionados ao COVID para
278 atendimento as famílias acometidas pelo COVID e também para abertura de Abrigo para a
279 população de rua sendo grupo de risco e o restante deste saldo é para manutenção ao atendimento
280 das famílias e que é importante a presença do Diretor – DGAOF na reunião extraordinária desta
281 comissão. Izabel faz a leitura da portaria 1369, dizendo que se houve uma reprogramação do saldo
282 o CMAS não participou e que a portaria no artigo 15 diz ainda que o conselho deverá apreciar,
283 acompanhar e fiscalizar a implementação das ações e prestação de contas dos recursos
284 repassados, diante disto o conselho emite o ofício 100 onde faz os questionamentos onde houveram
285 dúvidas e toda discussão gerou mediante a resposta vinda da SMASDH, que também foi lida, e

286 encontra-se no processo SEI, não respondendo o que o conselho perguntou onde o conselho não
287 se sentiu esclarecido. Solicita disponibilização deste SEI para que os conselheiros possam ter
288 acesso para se integrarem do assunto. 2) Romulo representante da SMASDH diz que o documento
289 se trata de remanejamento de Verba Estadual no valor de R\$139.799,54 da Fonte Estadual, do
290 serviço de republica que será executado pela Instituição Padre Haroldo para o SAMIM afim de que
291 o recurso possa ser empregado na Proteção Social Alta complexidade e que este mesmo valor será
292 transferido para a Instituição através de recurso de verba municipal evitando prejuízos para a
293 instituição; foi solicitado que o CMAS elabore uma resolução explicando este assunto; a comissão
294 sugere parecer favorável à aprovação. Izabel esclarece que deve constar na Resolução que a
295 Instituição Padre Haroldo que vai receber via municipal porque não irá conseguir gastar até a data
296 prazo de 31/12/2021. Fábio coloca que há a propostas da reunião do dia 14/10 de: Enviar ofício
297 para SMASDH anexando toda documentação solicitando esclarecimentos das contas; Elaborar
298 ofício solicitando levantamento da relação dos trabalhadores do SUAS, quem são e onde estão
299 alocados os que são pagos via FMAS, o parecer da comissão sugere desfavorável ao relatório
300 contábil do mês de agosto por não conter respostas esclarecidas. Romulo esclarece que na
301 resolução para aprovação do conselho é a abertura do sistema PMAS para que seja feita a
302 adequação do remanejamento da verba do serviço de republica para serviço do Samin. Em regime
303 de votação quanto a verba estadual, foi **Aprovado** com 11(onze) votos a favor. 3) Patrícia - DOAS
304 explica que houve indeferimento do ministério da cidadania A respeito da utilização do convenio
305 para custeio para compra de ar condicionado que havia sido solicitado anteriormente, a partir deste
306 indeferimento o DGAOF foi consultado sobre o saldo e a resposta foi a seguinte: "Existe a
307 possibilidade de aquisição de mais 02 computadores através de Ata de Registro de Preços da SME,
308 o computador é no valor de R\$4.014,00 cada unidade, Patrícia esclarece que com o
309 remanejamento do recurso e do plano de aplicação seria possível a aquisição de mais 03
310 computadores para a rede de serviços SUAS do município. Foi solicitado para criar uma resolução
311 referente a aquisição destes computadores e neste valor. A comissão sugere parecer favorável para
312 esta ação, em regime de votação, foi **Aprovado** com 11(onze) votos a favor. Geziel sugere que
313 precisa de um "help" da comissão de finanças, para resolver o processo SEI em questão da
314 Renovação das Inscrições. Izabel solicita que esse "help" seja feito pela própria SMASDH, devido
315 o Regimento Interno do CMAS dizer que a Secretaria Executiva do Conselho é composta por mais
316 pessoas e após encaminhar para a presidência do CMAS e para a Comissão de finanças para
317 avaliação e aprovação. **Comissão de Bolsa Família e BPC:** Elizabete faz a leitura do relato BPC
318 onde houve a presença do SINSPREV- Sindicato Nacional da Previdência na reunião, que estão
319 solicitando a volta do atendimento presencial em horário comercial do INSS o quanto que o
320 fechamento dos serviços, em especial, OI – Orientação e Informações de benefícios assistenciais
321 e quanto este fechamento vem sobrecarregando os CRAS de demandas do INSS, onde o cidadão
322 fica a mercê do sistema e não encontra soluções, sendo que o INSS fazia este atendimento e hoje
323 é feito pelos seguranças diante disto foi solicitado uma reunião ampliada desta comissão com o
324 Diretor do SINSPREV, DRADS, CONSEAS e CNAS para que seja apoiado esta causa que chama
325 "Reumana INSS" colocando o rebatimento para o Serviço da Assistência que está sendo
326 demandado e que prerrogativa do INSS. Quanto ao BF as informações é que o Auxilio Brasil entra
327 no lugar do BF, que vai ser com base no cadastro único e que será feito um pré cadastro (aplicativo
328 piloto) após o município fará a buscativa; se hoje com profissionais preparados para este trabalho
329 e mesmo assim acontece divergências, imagina pelo sistema? E como fazer a buscativa? É uma
330 situação bastante séria e preocupante inclusive com os requisitos necessários para receber este
331 recurso, no valor de R\$400,00. Será discutido este assunto também na reunião ampliada. Juliana
332 coloca que as demandas do INSS estão chegando também nas entidades gerando acumulo de
333 funções e as dificuldades são imensas. Aristides coloca que muita coisa está dando certo on line,
334 porém para o usuário está muito difícil e precisa ser discutido, principalmente o atendimento do
335 INSS. Jessica coloca que essa conversa sobre o INSS, desde o começo do ano com a defensoria
336 pública e que tem uma movimentação em outras cidades e sugeriu trazer para a próxima reunião a
337 Defensoria Publica e o Diretor da SINSPREV para colocar esta situação do INSS continuar fechado.
338 Sérgio coloca a contra reflexão sobre a preocupação no Auxilio Brasil com a suposta cobrança do
339 desempenho da criança na Escola; como se cobra esse desempenho hoje nas olimpíadas.
340 Elizabete coloca que as Escolas já estão providenciando as olimpíadas que este auxilio termina em
341 dezembro de 2022 e que é uma discussão para a reunião ampliada. Sergio replica que que deve
342 haver política pública sociais para atender as situações de vulnerabilidade se abolir a meritocracia.

343 **Comissão de Elaboração e Execução das Conferencias Municipais:** William faz a leitura do
344 relato das pautas: 1) Informes sobre os encaminhamentos da Conferencia para os Vereadores; que
345 foram entregues a todos os gabinetes e que o CMAS entregou as deliberações para o Sr. Prefeito
346 e para SMASDH. Foram entregues também as moções para os vereadores para os próximos anos
347 para todos os vereadores e presidente da câmara e também será formada uma frente parlamentar
348 para debater orçamento, assistência e segurança alimentar 2) Estabelecer os objetivos comuns da
349 comissão de elaboração das conferencias para o próximo ano: Fátima diz que será preciso pensar
350 no objetivo da comissão, William diz que devem pensar como farão o monitoramento dessas
351 deliberações frisando que muitas delas são deliberações de conferencias anteriores e que foi
352 encaminhado documento para a SMASDH solicitando informações da Conferencia 2019 e podem
353 ser juntados os dois documentos e discutir com os departamentos responsáveis que são o DGAOF,
354 DOAS e a Vigilância Socioassistencial. Kelly lembra que não basta enviar os documentos.
355 3)Encaminhamentos das deliberações municipais da conferencia para o CMAS: as Deliberações
356 envolvem vários fatores, para esse documento será necessário mais pessoas e o envolvimento da
357 câmara William sugere que os grupos de Whatsapp sejam retomados para monitoramento, Kelly
358 propõe que um grupo maior faça parte deste monitoramento, Paloma diz que na reunião da câmara
359 não houve muito discurso, mas foi possível propositura uma frente parlamentar. Foi dito numa
360 reunião de Segurança Alimentar que não se faz política pública apenas com orçamento, mas com
361 parcerias diz que todos os dias vemos retrocesso nas políticas publicas, objetivo da comissão não
362 é só fazer o monitoramento, mas ter um grupo maior para o monitoramento, na próxima reunião
363 será elaborada agenda para o próximo ano. Jessica aponta que cada conselheiro deve pegar as
364 suas demandas e resolvê-las para não ficar acumuladas. William responde que esta é a proposta.
365 Izabel aponta que tudo isto deverá entrar no planejamento. Kelly complementa que será esmiuçada
366 todas as deliberações e que já estão separadas as que são do CMAS e da SMASDH a ideia é que
367 para cada deliberação seja criado um grupo para este monitoramento e que será apresentado na
368 próxima reunião ordinária. Foram lidas todas as deliberações do Conselho, 4) Apresentação de
369 instrumental de monitoramento que a Kelly fará na próxima reunião. **Relato do GT de Segurança**
370 **Alimentar:** Izabel fala que não houve deliberações, lembra que vai ter uma frente parlamentar no
371 dia 03/11 as 15hrs, vai conversar sobre a política de Segurança Alimentar Assistência Social ,
372 lembrando que é SUAS; hoje tem audiência pública sobre orçamento de Campinas e que sobre o
373 orçamento anual da Assistência Social o conselho não tem conhecimento e amanhã será o PPA da
374 cidade que também não chegou neste conselho, embora este conselho precisa participar deste
375 processo de construção e tudo será transmitido pela TV Câmara. Informa que a reunião com todos
376 os conselheiros por conta de uma outra agenda terá que ser reprogramada, ficou agendada em
377 conformidade com todos para dia 23/11 as 09hrs e solicitou para o Geziel encaminhar para os
378 conselheiro para base na programação de 2022 e informou que a sua presidência irá até mês de
379 fevereiro de 2022 onde será eleito um novo presidente, que em janeiro estará em férias, afirmando
380 todos os compromissos com as discussões necessárias e que temos 45 dias para estas finalidades.
381 Geziel aponta que há uma agenda para marcar referente a Comissão de Inscrição e Normas fica
382 decidido que a coordenadora desta comissão passará uma data até sexta-feira. Informa que o
383 Geziel estará em férias a partir de 03/11/2021. Izabel aponta os números de pessoas cadastradas
384 para receber o Bolsa Família, de situação de pobreza e extrema pobreza, e quando não se da a
385 esse conselho de discutir o orçamento do SUAS como vamos cuidar desta população. O conselho
386 tem função de acompanhamento de proteção de toda população e que temos que fazer politica para
387 todos cadastrados ou não. Agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu Maria Elza de
388 Araujo Souza, Chefe de Setor da Casa dos Conselhos lavrei a presente ata que, lida e considerada
389 conforme, segue assinada. Campinas 26 de outubro de 2021.